

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

ENTRE A

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO

E O

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ

CONDIÇÕES PARTICULARES DE CONTRATAÇÃO

Pelo presente instrumento de Contrato de Empréstimo que celebram a **Corporação Andina de Fomento**, doravante denominada “CAF”, representada neste ato por sua Diretora Representante no Brasil, Senhora Moira Paz-Estenssoro, de nacionalidade boliviana, maior de idade e identificada com Passaporte Boliviano Nº. 487002-LP, devidamente habilitada para tal ato por Poder Especial conferido pelo Senhor Enrique García em seu caráter de Presidente Executivo da “CAF”, perante a Embaixada da República Federativa do Brasil em Caracas, na data de 11 de janeiro de 2005, por uma Parte; e por outra parte, o Estado de Rio de Janeiro – RJ, doravante denominado “Mutuário”, representado neste ato pelo Senhor Sérgio Cabral de Oliveira Filho, na qualidade de Chefe do Poder Executivo, devidamente autorizado, nos termos e condições a seguir expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Declarações

1. Mediante Resolução No. 1929, de 30 de novembro de 2010, o Diretório da “CAF” aprovou o “Facilidade Regional de Financiamento para o Atendimento Imediato a Emergências Ocasionadas por Fenômenos Naturais”, destinado ao atendimento a emergências ocorridas nos países acionistas da “CAF”.
2. Mediante Resolução No. 7905/2012, de 12 de abril de 2012, o Presidente Executivo da “CAF” aprovou um empréstimo no valor de US\$ 100 milhões para apoiar o Estado na recuperação das áreas atingidas pelas catástrofes ocasionadas pelas chuvas ocorridas na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro – RJ durante o mês de janeiro de 2011. As Partes concordam que tanto os desembolsos quanto a amortização somente poderão ser feitos em dólares, de acordo com o estabelecido



nas Cláusulas 8 e 9 das Condições Gerais de Contratação incluídas no Anexo "A" do presente Contrato.

3. O "Mutuário" solicitou à "CAF" um empréstimo para financiar parcialmente o "Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana" no Estado do Rio de Janeiro – RJ, doravante denominado "Programa".

4. A "CAF" considerou que o "Programa" é elegível para o financiamento e, conseqüentemente, consentiu em aprovar o empréstimo em favor do "Mutuário", sujeito aos termos e condições estipulados no presente documento.

CLÁUSULA SEGUNDA: Objeto do Empréstimo

De acordo com as cláusulas do presente Contrato de Empréstimo e sujeita às condições nelas estabelecidas, a "CAF" se compromete a emprestar ao "Mutuário", sob a forma de mútuo, o montante indicado na Cláusula Terceira, e o "Mutuário" o aceita com a obrigação de utilizá-lo exclusivamente para financiar o "Programa" a ser executado no Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, bem como a repagá-lo nas condições pactuadas neste Contrato de Empréstimo.

CLÁUSULA TERCEIRA: Montante do Empréstimo

De acordo com as cláusulas do presente Contrato, o empréstimo que a "CAF" concede ao "Mutuário" será de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares).

CLÁUSULA QUARTA: Prazo do Empréstimo

O empréstimo terá um prazo de até 12 (doze) anos, incluído o Prazo de Carência de até 18 (dezoito) meses, contado a partir da data da assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA QUINTA: Aplicação dos Recursos

O "Mutuário" concorda expressamente que os recursos do empréstimo serão destinados a financiar unicamente os seguintes itens: a) custos diretos das obras e serviços destinados à recuperação parcial das áreas afetadas pela emergência ocasionada pelas chuvas de janeiro de 2011; b) auditoria externa; c) comissão de financiamento e os gastos de avaliação do empréstimo.

O "Programa" está descrito de forma detalhada no Anexo "B", parte integrante do presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: O Órgão Executor

As funções do "Órgão Executor", ficarão a cargo da Secretaria de Estado de Obras (SEOBRAS) por intermédio da sua estrutura técnico-administrativa. A gestão e coordenação do Programa estão sob a responsabilidade da Sub-Secretaria Extraordinária de Reconstrução da Região Serrana desempenhando a função de Unidade Coordenadora do Programa (UCP), instalada no âmbito da SEOBRAS (Órgão Executor).

CLÁUSULA SÉTIMA: Prazo para Solicitar e Prazo para Desembolsar o Empréstimo

O "Mutuário" terá um prazo de até 6 (seis) meses para solicitar o primeiro desembolso, e de até 12 (doze) meses para solicitar o último desembolso do empréstimo. Esses prazos serão contados a partir da data de assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA: Condições Especiais:

Os desembolsos do empréstimo estarão sujeitos ao cumprimento, por parte do "Mutuário", de forma que a "CAF" considere satisfatórias, das condições estabelecidas na Cláusula 5 do Anexo "A", e das seguintes condições:

Prévias ao Primeiro Desembolso do Empréstimo:

- i. Apresentar um relatório com a descrição detalhada das obras a serem financiadas, que inclua o alcance das ações a serem executadas, localização das intervenções, especificações técnicas, população beneficiada, cronograma de execução, orçamento estimado e documentação que sustente a viabilidade técnica, econômica, institucional, ambiental e social dos investimentos que serão realizados com o empréstimo da "CAF".
- ii. Evidenciar que foi criada e está em operação a Unidade Coordenadora do "Programa" (UCP). Além disso, apresentar a estrutura da equipe que formará a UCP, apontando os níveis de responsabilidade, perfis,

processos e procedimentos de administração e acompanhamento e esquemas de comunicação e informação.

Prévias ao início de cada obra:

- i. Apresentar evidência de que os processos de adjudicação de obras e supervisão foram realizados de acordo com a legislação vigente sobre a matéria na República Federativa do Brasil e com as Políticas de Gestão da “CAF”.
- ii. Apresentar evidência de que os estudos e projetos básicos utilizados para a realização das obras contam com as aprovações e/ou pareceres favoráveis das unidades técnicas competentes.
- iii. Apresentar cópia dos contratos e/ou instrumentos legais assinados para executar e supervisionar as obras.
- iv. Para as obras que implicam desapropriações, apresentar um relatório que evidencie que foi feito um plano onde foram detalhados os prédios envolvidos (tipo e quantidade), as pessoas afetadas (quantidade), a localização, as negociações previstas (tipo de indenização/compensação) e o cronograma de execução.
- v. Apresentar os estudos e licenças ambientais para as obras que deles necessitem.

Durante o período de desembolsos do empréstimo:

- i. Apresentar relatórios semestrais, em 45 dias depois do vencimento de cada semestre contados da data de entrada em vigência do contrato de empréstimo, com o andamento: a) físico-financeiro obtido com os recursos do Empréstimo e onde sejam detalhadas a execução e aplicação dos mencionados recursos, assim como das contrapartidas pelo “Mutuário”; e b) os relatórios semestrais sobre a execução das medidas estabelecidas nos estudos e licenças ambientais, assim como o progresso da execução das desapropriações e/ou reassentamentos, no caso de que sejam necessários para a execução das obras financiadas pela “CAF”.

- ii. Apresentar em até 120 dias depois do primeiro desembolso, um relatório com as medidas de prevenção de desastres (inclusive aquelas relacionadas ao fortalecimento institucional) que estão sendo propostas para prevenir/minimizar futuros danos ocasionados por chuvas, com a estimativa de recursos.
- iii. Apresentar em até 180 dias depois do último desembolso um Relatório de Auditoria Externa, verificando, com base nos instrumentos estabelecidos, a utilização dos recursos com os pagamentos efetuados com recursos do empréstimo.

Outras Condições Aplicáveis:

As que sejam pertinentes dentro das Políticas de Gestão da “CAF”.

CLÁUSULA NONA: Reconhecimento de Investimentos e Gastos

A “CAF”, a pedido do “Mutuário”, poderá realizar o reembolso de investimentos e gastos do “Programa” efetuados com recursos próprios a partir da data da autorização da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEEX, até a data que a “CAF” tiver estabelecido para o cumprimento das condições prévias ao desembolso. Esse reembolso não poderá exceder 20% (vinte por cento) do total do empréstimo, e será utilizado exclusivamente para reembolsar investimentos e gastos elegíveis pela “CAF”, correspondentes a obras executadas que sejam parte do “Programa”, de acordo com o estabelecido no orçamento do “Programa”. (Quadro Estimativo de Usos e Fontes do “Programa” no Anexo “B”)

CLÁUSULA DÉCIMA: Amortização do Empréstimo

O empréstimo será amortizado pelo “Mutuário” mediante o pagamento de 21 (vinte e uma) parcelas semestrais, consecutivas e preferencialmente iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada parcela. O pagamento da primeira parcela semestral de amortização do principal efetuar-se-á após 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Contrato.

Havendo qualquer atraso no pagamento das parcelas de amortização antes mencionadas, a “CAF” terá direito de cobrar Juros de Mora, sem prejuízo de suspender as obrigações a seu cargo e/ou declarar vencimento antecipado do

presente empréstimo, de acordo com o disposto nas Cláusulas 16 e 18 do Anexo "A".

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Juros

- (a) O "Mutuário" obriga-se a pagar semestralmente à "CAF" juros sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável resultante da soma da taxa LIBOR para empréstimos de 6 (seis) meses, aplicável ao período de juros, mais a margem de 2,55% (dois vírgula cinquenta e cinco por cento).

Do mesmo modo, será aplicado o estabelecido na Cláusula Décima Segunda das Condições Particulares de Contratação e no item 6.1, da Cláusula 6, do Anexo "A".

- (b) Para o caso de mora, o "Mutuário" se obriga a pagar à "CAF", além dos juros estabelecidos no item anterior, 2,0% (dois por cento) anuais.

Do mesmo modo, será aplicado o estabelecido no item 6.2, da Cláusula 6, do Anexo "A".

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Financiamento Compensatório

Durante o período de 8 (oito) anos corridos a partir da data de início da vigência do presente Contrato, a "CAF" se obriga a financiar 0,8% (zero vírgula oito por cento) da taxa de juros estabelecida na Cláusula Décima Primeira. Dessa forma, a margem citada no item (a) da Cláusula anterior corresponderá a 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento). Esse financiamento será realizado com recursos do Fundo de Financiamento Compensatório. O prazo mencionado poderá ser ampliado, sujeito às disponibilidades desse Fundo e a critério da "CAF".

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Comissão de Compromisso

O "Mutuário" pagará à "CAF" uma comissão denominada "Comissão de Compromisso", por colocar à sua disposição o crédito especificado na Cláusula Terceira. Essa comissão será equivalente a 0,35 % (zero vírgula trinta e cinco por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo. O pagamento dessa comissão será efetuado em dólares dos Estados Unidos da América, no vencimento de cada período semestral, até o momento em que cesse tal obrigação, segundo o disposto no último parágrafo desta Cláusula.

A comissão será calculada em dias corridos, com base num período de 360 (trezentos e sessenta) dias por ano.

A comissão será devida a partir do vencimento do primeiro semestre de vigência do presente Contrato de Empréstimo, e cessará, no todo ou em parte, na medida em que:

- (i) tenha sido desembolsada uma parte ou a totalidade do empréstimo; ou
- (ii) tenha sido tornada total ou parcialmente sem efeito a obrigação de desembolsar o empréstimo, de acordo com as Cláusulas 4, 14 e 16 do Anexo "A"; ou
- (iii) tenham sido suspensos os desembolsos por causas não imputáveis às Partes, conforme a Cláusula 17 do Anexo "A".

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Comissão de Financiamento e Gastos de Avaliação

O "Mutuário" pagará à "CAF" somente uma vez uma comissão denominada "Comissão de Financiamento" pela concessão do empréstimo. Essa comissão será equivalente a 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) do montante indicado na Cláusula Terceira do presente Contrato, e será devida a partir do início da vigência deste Contrato de Empréstimo. O pagamento dessa comissão será efetuado, em dólares dos Estados Unidos da América, no mais tardar quando se realize o primeiro desembolso do empréstimo.

Além disso, o "Mutuário" pagará diretamente à "CAF" a soma de US\$ 15.000 (quinze mil dólares) a título de custo de avaliação. O pagamento dos custos de avaliação deverá ser efetuado em dólares dos Estados Unidos da América no momento em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Publicidade

O "Mutuário" assume, diante da "CAF", a obrigação de divulgar que o "Programa" está sendo executado com financiamento parcial da "CAF" e, para tanto, deverá coordenar com a "CAF" a colocação do nome e do logotipo que a identifique em todos os cartazes, avisos, anúncios, placas, publicações ou qualquer outro meio de

divulgação do “Programa”, ou nos documentos convocatórios relativos à licitação pública de obras ou serviços correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Garantia

Simultaneamente a este Contrato, a “CAF” e a República Federativa do Brasil, doravante denominada “Garantidor”, por meio de um representante autorizado, assinam um contrato ajustado conforme o Anexo “C”, que é parte integrante do presente Contrato, em que esta se constitui como Garantidor de todas as obrigações relativas ao pagamento do serviço da dívida (principal, juros e comissões) contraídas pelo “Mutuário” no presente Contrato de Empréstimo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Comunicações

Todo aviso, solicitação ou comunicação entre as Partes, relacionados ao presente Contrato, deverá efetuar-se por escrito e será considerado efetivo ou enviado por uma das Partes à outra, quando entregue por qualquer meio usual de comunicação, exceto no caso de arbitragem, que deverá ocorrer mediante recibo de notificação aos respectivos endereços a seguir:

À “CAF”

Endereço:

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO
Apartado Postal N° 5086
Altamira 1060
Fax no. +58 (212) 209-2422
Caracas, Venezuela

Ao “Mutuário”

Endereço:

Estado de Rio de Janeiro – RJ
Palácio Guanabara, Rua Pinheiro Machado s/n
Laranjeiras, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22238-900
FAX no. +55 (21) 2334-3773

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Cópia de Correspondência

A “CAF” e o “Mutuário” enviarão cópia de toda correspondência relativa à execução do “Programa” para:

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios, Bloco “K”, 5º Andar
CEP-70040-906 Brasília - Distrito Federal- Brasil
Fax no. + 55 (61) 2020-5006

A “CAF” e o “Mutuário” enviarão cópia de toda correspondência relativa à execução financeira do “Programa” para:

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco “P”, 8º Andar
CEP-70040-900 Brasília - Distrito Federal - Brasil
Fax no. + 55 (61) 3412 -1740

E PARA O ÓRGÃO EXECUTOR:

Secretaria de Estado de Obras (SEOBRAS)

Rua Mexico, 125 – 9º Andar –
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-145
Tel/Fax: + 55 (21) 2333-0938

Secretaria de Estado de Fazenda

Avenida Presidente Vargas, 670 – 15º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20071-001
Tel/Fax: + 55 (21) 2334-4534

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA: Modificações

Toda modificação que se incorpore às disposições deste Contrato deverá ser feita de comum acordo entre a “CAF”, o “Mutuário” e o Garantidor, por meio de carta ou por meio de aditivo, a critério da “CAF”.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Arbitragem

Toda controvérsia que surja entre as Partes, decorrentes da interpretação ou da aplicação do presente Contrato, e que não se solucione por acordo entre as Partes, deverá ser submetida à decisão do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida na Cláusula 29 do Anexo “A” deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Estipulações Contratuais e Jurisdição Competente

O presente Contrato de Empréstimo reger-se-á pelas estipulações contidas neste documento e pelo estabelecido nos Anexos “A” e “B”, que são partes integrantes deste Contrato. Os direitos e obrigações estabelecidos nos referidos instrumentos são válidos e exigíveis de acordo com os termos nele contidos.

As Partes se submetem à jurisdição do país do “Mutuário”, cujos juízes e tribunais poderão conhecer de todo assunto que não seja de competência exclusiva do Tribunal Arbitral, de acordo com o disposto na Cláusula 29 do Anexo “A” deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Prevalência entre os Documentos do Empréstimo

Em caso de discrepância, as condições estabelecidas no presente documento ou em suas posteriores modificações prevalecerão sobre aquelas contidas nas Condições Gerais de Contratação do Anexo “A”.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Vigência

As Partes concordam que o presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e encerrar-se-á com o cumprimento de todas as obrigações estipuladas no presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Anexos

São partes integrantes do presente Contrato, os seguintes anexos:

Anexo "A" : Condições Gerais de Contratação.

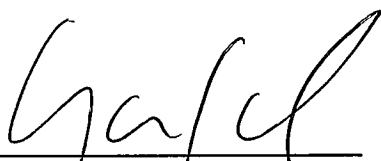
Anexo "B" : Descrição do Programa.

Anexo "C" : Contrato de Garantia.

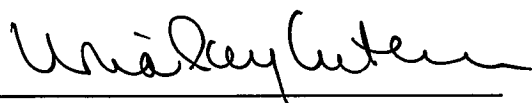
As Partes, em comum acordo, assinam o presente Contrato de Empréstimo em 3 (três) vias originais no idioma espanhol e 3 (três) vias originais no idioma português (Brasil), sendo ambas de igual teor e forma, na cidade do Rio de Janeiro, aos 13 (treze) dias do mês de setembro de 2012.

p. "MUTUÁRIO"

p. "CAF"



Sérgio Cabral de Oliveira Filho
Governador do Estado do Rio de Janeiro



Moira Paz-Estêssoro
Diretora-Representante da CAF